
RESENHA

A intersectorialidade na agenda das políticas sociais

Intersectorality on the agenda of Social Policies

Laina Jennifer Carvalho Araújo¹



Autores: Giselle Lavinas Monnerat; Ney Luiz Teixeira de

Almeida; Rosimary Gonçalves de Souza

Título: A Intersectorialidade na agenda das políticas sociais

Lugar de Edição: Campinas, SP.

Editora: Papel Social

Número de páginas: 286

Ano: 2014

ISBN: 97-85-65540-11-7

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (PPGPP). Telefone: 55 86 9 9992 9241. E-mail: laina5411@gmail.com. Trabalho financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001.

A temática da intersetorialidade tem ocupado um relevante lugar no debate das políticas públicas e sociais em virtude da complexidade que marca a questão social presente no agravamento da pobreza e nas desigualdades sociais, constituindo-se num tema que, do ponto de vista teórico e prático, desafia tanto os formuladores e implementadores de políticas sociais quanto os estudiosos do assunto, uma vez que a operacionalização das políticas sociais ainda está condicionada às organizações setoriais.

O livro ora apresentado tem como título “A intersetorialidade na agenda das políticas sociais”, foi publicado em 2014, sendo organizado pelos professores da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Giselle Lavinias Monnerat, Ney Luiz Teixeira de Almeida e Rosimary Gonçalves de Souza. A obra contribui para um aprofundamento sobre a intersetorialidade nas políticas sociais no Brasil, estando estruturado em cinco partes divididas em onze capítulos dos quais buscou-se destacar seus principais aspectos.

A **primeira parte** do livro intitulada “Dimensões e desafios teóricos do debate sobre a intersetorialidade” está subdividida em dois capítulos. O primeiro deles, de autoria de Potyara Amazoneida Pereira Pereira, discute as abordagens teóricas e as formas sociais assumidas pela intersetorialidade. A intersetorialidade é apresentada pela autora, como um tema dotado de vários significados posto que tem sido considerado como uma nova lógica de gestão e/ou como uma estratégia política de articulação entre setores. Quando apresentada sob a forma de estratégia, ela é entendida como instrumento de otimização de saberes, de competências e de estabelecimento de relações sinérgicas.

A autora explicita a necessidade de problematizar a relação entre intersetorialidade e interdisciplinaridade, considerando que é partindo da visão interdisciplinar que a intersetorialidade das políticas sociais deve ser compreendida. Essa compreensão deve ser estabelecida a partir da perspectiva dialética e não linear da intersetorialidade. Daí a

importância de descobrir seus vínculos orgânicos com outros fenômenos e processos, bem como, de conhecer os fundamentos teóricos e históricos dessa vinculação.

O segundo capítulo é de autoria de Giselle Lavinias Monnerat e Rosimary Gonçalves de Souza, nele as autoras abordam os principais aspectos do debate sobre a temática da intersectorialidade presente na literatura recente sobre políticas sociais. Discutem como a complexidade dos problemas sociais remetem à necessidade de ações intersectoriais, que atualmente aparecem como diretriz das principais políticas sociais, a exemplo da Saúde, da Assistência Social, da Educação, dentre outras. Contudo, as autoras apontam que os desafios para o desenvolvimento da gestão intersectorial deve-se ao fato de existir um hiato entre a intenção e o gesto dado o caráter fragmentado que, historicamente, atravessa a intervenção do Estado brasileiro no campo do social.

A **segunda parte** do livro é dedicada ao tema “A intersectorialidade no âmbito do sistema de proteção social”, sendo composta pelos capítulos três, quatro e cinco cujas abordagens analisam à relação entre política social e intersectorialidade a partir da análise das políticas de Assistência Social, de Combate à Pobreza e de Segurança Alimentar. No capítulo três, as autoras Ana Fonseca e Ana Luiza d’Avila Viana apresentam à evolução dos programas na área da Assistência Social na sua interface com o desenvolvimento econômico e social e com a intersectorialidade. Segundo as autoras, a adoção de políticas e programas de forte cunho intersectorial pode auxiliar a construção, do que denominam, como uma arquitetura voltada para a integração de ações na área social.

No quarto capítulo, Maria Carmelita Yazbek analisa o processo histórico de constituição dos sistemas de proteção social, além de explicitar alguns desafios e perspectivas que se apresentam para as políticas de proteção social no Brasil no século XXI, face as transformações sociais. A autora destaca importantes mudanças na proteção social com destaque para a Política Nacional de Assistência Social e para o Sistema Único de Assistência Social. Nesse debate a intersectorialidade surge como uma perspectiva e como princípio orientador das ações integradas no âmbito da Política Social.

No quinto capítulo, Luciene Burlandy propõe uma reflexão sobre o movimento político que ocorreu de modo peculiar no Brasil, através de processos participativos e politicamente orientados, onde participaram diversificados atores de diferentes áreas e níveis governamentais, o que possibilitou segundo a autora uma dinâmica organizacional, política e institucional capaz de construir uma política social integrada, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar criado em 2006, com base no princípio da intersetorialidade.

Na **terceira parte** do livro intitulada “A intersetorialidade na gestão da pobreza e do trabalho”, apresenta as discussões dos capítulos seis e do capítulo sete. No que tange ao capítulo seis, Rosângela Nair de Carvalho Barbosa discute a interface entre Economia Solidária, a nova face da política social e as formas contemporâneas de regulação do trabalho preconizado e do desemprego, e a situa com as chamadas políticas ativas. Nesse capítulo, a autora aborda como essa área da política pública emerge com a marca da intersetorialidade e da transversalidade das ações governamentais, mas, que contraditoriamente o contexto da Economia Solidária é o da flexibilização produtiva, o qual tem revelado segundo a autora a fragilidade da narrativa da inclusão produtiva refletida nas expressões de dualismos sociais e de maior desigualdade.

No sétimo capítulo, Maria Ozanira da Silva e Silva analisa a característica intersetorial do Bolsa Família no que tange às suas condicionalidades a partir de uma discussão teórica e apoiada em pesquisas que expressam a experiência de municípios do Estado do Maranhão. Silva assinala que a natureza intersetorial do Bolsa Família é expressa pela sua estruturação dando-se nos eixos da transferência de renda, das condicionalidades e dos programas complementares. A autora destaca diferentes entendimentos sobre as condicionalidades no Programa, oscilando os pontos de vista sobre as condicionalidades enquanto acesso e ampliação de direitos, enquanto negação de direito e enquanto questão política e imposição moralista conservadora as quais trazem a exigência de contrapartidas aliadas a intersetorialidade como aspectos estruturantes para o enfrentamento da pobreza no país.

A **quarta parte** do livro é dedicada às “Experiências de intersetorialidade na Saúde” e está subdividida em dois capítulos. No capítulo oito, José de Oliveira Duarte, apresenta a

experiência de intervenção de diferentes atores governamentais e não governamentais na construção de uma rede de cuidados na Atenção à Saúde Mental e aos consumidores de crack, álcool e outras drogas numa comunidade pacificada, no Complexo Territorial do Borel, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, o protagonismo e o empoderamento dos moradores da referida comunidade se constituiu na condição *sine quan non* para a construção da Rede Social Borel. A experiência revelou que a construção de ações intersetoriais não se dá sem conflitos e disputas ideológicas decorrentes de posições institucionais e de diferentes visões de mundo.

No capítulo nove, Guilherme Almeida e Márcia Cristina Brasil Santos discutem a questão da transexualização a partir de intervenções profissionais e de pesquisa no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da UERJ, o qual constitui “uma das quatro Unidades Especializadas no atendimento a pessoas diagnosticadas como transexuais” (p. 203). As autoras afirmam que no cotidiano das intervenções profissionais o cuidado a esse público específico implica iniciativas articuladas entre sistemas de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Segurança Pública dentre outras áreas, pois esse segmento está submetido a uma realidade marcada por várias intermediações e violações de direitos, sendo que, permanecem desafios para o estabelecimento de ações intersetoriais no cotidiano de trabalho do HUPE.

Na **quinta parte** intitulada “Os percursos intersetoriais a partir da educação pública” apresenta nos capítulos dez e onze contribuições para pensar a intersetorialidade e a Política de Educação Pública. O texto de Ney Luiz Teixeira de Almeida analisa as principais tendências presentes na relação entre a Política de Educação e as demais políticas públicas e aponta para as possibilidades de desenvolvimento de experiências intersetoriais. Assim o autor aborda a descentralização tendo em vista as relações de complementariedade e de cooperação entre os diferentes entes governamentais no processo de gestão dessa política.

Finalizando a obra, Célia Linhares e Maria Cristina Leal apresentam uma experiência concreta de intersetorialidade na Educação na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, na qual está presente o desafio da tessitura da relação entre a cidade, a cidadania e a construção

de uma Escola Cidadã. As autoras assinalam que a proposta da Escola Cidadã antecedeu a proposta do Bairro Escola, e explicitam que esse último surge “como uma tentativa de troca com reciprocidade na qual o espaço urbano se reconfigura face as suas interações com a escola que também se reelabora tecendo uma *pólis* potencializada”. Para as autoras, um dos princípios norteadores do Programa Bairro-Escola é o da gestão pública descentralizada aliada aos princípios da intersetorialidade, da interculturalidade, da interdisciplinaridade e da integralidade. Esses princípios permitem o desenvolvimento de ações que buscam considerar a educação e a escola em suas várias mediações com a dinâmica da realidade. As autoras assinalam que esse tipo de experiência intersetorial depende da formulação de um projeto educacional abrangente, mas também da correlação de forças políticas locais.

Essa obra apresenta uma consistente discussão da intersetorialidade na agenda das políticas sociais, contribuindo para uma aproximação dos desafios da intersetorialidade à medida que possibilita uma compreensão do caráter polissêmico no seu tratamento pressupondo a necessidade de um novo olhar para as ações e direcionamentos das políticas públicas e sociais.

REFERÊNCIA

MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social. 2014.

Recebido em maio de 2018 – Aprovado em setembro de 2018